



UFPE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**OBSERVATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO:
Monitoramento e Avaliação do Programa de Desenvolvimento
Sustentável de Territórios Rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco
(processo 554424/2010-0/cnpq)**

Vitória Régia Fernandes Gehlen (Coordenadora)

Professora Doutora do Departamento de Serviço Social/UFPE – Pesquisadora CNPq

E-mail: vicgehlen@yahoo.com.br

Tarcisio Augusto Alves da Silva (Professor Colaborador)

Professor Doutor do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE

E-mail: deescada@yahoo.com.br

Rosiglay Cavalcante de Vasconcelos (Técnica)

Estudante de Pós-graduação em Serviço Social (doutoranda)/UFPE

rosi_glay@hotmail.com

Eline Alves Silva de Santana (Bolsista ATP-A)

Graduada em Biologia/Especialização em Meio Ambiente

E-mail: elinealvesss@hotmail.com

Thiago de Souza Cabral (Bolsista ATP-A)

Graduado em Ciências Sociais/Especialização em Comunicação

E-mail: Thiago.cabral@hotmail.com

**Recife,
Maio/2012.**

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 4 |
| 4. GESTÃO DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS..... | 24 |
| A formação do Colegiado representa a organização social para atuar nas reivindicações, participação e decisões sobre o processo de gestão democrática para o meio rural. Como instância de participação política, os representantes do Colegiado desempenham um importante papel na elaboração do diagnóstico territorial... 24 | |
| A Gestão do Colegiado representa eventos territoriais que se reveste de grande importância para o Programa de Desenvolvimento Territorial, já que possibilita o estabelecimento do diálogo com os atores sociais e político-institucionais dos territórios da cidadania. Ao articular políticas públicas, o Colegiado possibilita a concretização das ações e define os programas e projetos que devem compor o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável.24 | |
| 5.1 Perfil dos entrevistados na pesquisa ICV..... | 27 |
| 5.2 Os Resultados do ICV – principais aspectos..... | 27 |
| 5.3 As condições de desenvolvimento rural..... | 35 |

ÍNDICE DE FIGURAS/TABELAS/GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| FIGURA 01: Mapa da Zona da Mata de Pernambuco..... | 6 |
| TABELA 1: Avaliação da participação das organizações na gestão do território..... | 10 |
| TABELA 2: Quanto à visão de futuro..... | 11 |
| GRÁFICO 1: Quanto à visão de futuro..... | 11 |
| TABELA 3: Características marcantes do território | 2 |
| GRÁFICO 2: Características marcantes do território..... | 12 |
| TABELA 04: Aspectos na História comum do Território..... | 13 |
| Gráfico 03: Aspectos na História comum dos Territórios..... | 13 |
| TABELA 05: A importância dos seguintes aspectos nos conflitos..... | 13 |
| GRÁFICO 04: A importância dos seguintes aspectos nos conflitos..... | 14 |
| TABELA 06: Conselhos e Consórcios Públicos..... | 17 |
| TABELA 07: Os meios de divulgação das informações comerciais de Mercado no município..... | 18 |
| GRÁFICO 06: Os meios de divulgação das informações comerciais de mercado no município..... | 18 |
| TABELA 08: A finalidade da parceria entre organização de produtores e prefeitura municipal..... | 19 |
| TABELA 09: As normas que foram expedidas pela prefeitura com o propósito de garantir a conservação dos recursos naturais..... | 20 |
| GRÁFICO 8: As normas que foram expedidas pela prefeitura com o propósito de garantir a conservação dos recursos naturais..... | 20 |
| TABELA 10: Projeto de iniciativas comunitárias ou produtoras sem o apoio do governo | 21 |
| GRÁFICO 9: Período de reunião dos membros do Colegiado..... | 24 |

| | |
|---|----|
| GRÁFICO 10: Áreas que os membros do Colegiado receberam maior capacitação..... | 24 |
| GRÁFICO 11: A participação na elaboração da visão de futuro do território..... | 25 |
| GRÁFICO 12: Perfil quantitativo do entrevistado quanto à produção..... | 26 |
| QUADRO 1: Classificação do ICV – Mata Sul..... | 27 |
| GRÁFICO 13: Biogramas dos Índices de Condições de Vida por instâncias..... | 27 |
| GRÁFICO 14: Biogramas dos fatores de desenvolvimento..... | 28 |
| GRÁFICO 15: Biogramas das características do desenvolvimento..... | 29 |
| TABELA 11: Perfil dos principais produtos cultivados em hectares no Território da Mata Sul..... | 30 |
| GRÁFICO 16: Perfil percentual da área cultivada das principais lavouras do Território da Mata Sul..... | 31 |
| GRÁFICO 17: Biogramas dos efeitos do desenvolvimento..... | 33 |

1. INTRODUÇÃO

A Zona da Mata Sul do Estado de Pernambuco no Brasil é um exemplo típico de situação de degradação dos recursos naturais (solo, biodiversidade e água) e de crônicos desequilíbrios socioeconômicos. Esta região possui desde o início da colonização do País uma estrutura agrária caracterizada pela cultura intensiva da cana-de-açúcar em grandes latifúndios, com elevada concentração de renda e baixo nível de desenvolvimento humano. (ANDRADE, 1980; FURTADO, 1995; VIANA, 2009).

A dinâmica do território na Mata Sul de Pernambuco, assim, é estabelecida pela cultura da cana-de-açúcar, que desde o Brasil Colonial moldou sua sociedade (ANDRADE, 2001). Entretanto, as transformações ocorridas nos séculos XX e XXI (abertura da economia, reestruturação produtiva, crise do setor sucroalcooleiro, novo impulso desenvolvimentista em Pernambuco) afetaram não apenas a produção de cana-de-açúcar, mas, também, as demais atividades produtivas existentes no território rural situado nessa região.

Modificam-se, nessas circunstâncias, os usos do solo e dos demais recursos naturais, as relações que trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras têm com a natureza. Isso porque, nos anos de 1990, se a organização socioeconômica da região estava marcada pela grande concentração de terra, de renda e de poder nas mãos dos latifundiários, esse cenário sofre certa alteração com os processos de ocupação de terra na Zona Canavieira (LESTOILE e SIGAUD, 2006) e que sobreviveu nas últimas décadas pela articulação de apoios governamentais voltados para a criação de mecanismos e dispositivos legais de proteção à agroindústria canavieira.

Nos últimos anos o setor da agroindústria sucroalcooleira vem passando por uma enorme crise provocada por mudanças institucionais relacionadas à desregulamentação local do setor, à perda da competitividade para outros estados e regiões, e mais recentemente pelo avanço de outras indústrias e diferentes atividades econômicas na região impulsionadas pela dinamização do pólo petroquímico e logístico vinculado à ao Complexo Industrial Portuário de Suape, na Mata Sul, e à criação do pólo Farmacoquímico na Mata Norte (ANDRADE, 2001; VASCONCELLOS e VICENTI, 2008).

A realidade da Mata Sul de Pernambuco apresenta, sem dúvidas, grandes desafios para um desenvolvimento territorial sustentável. Por um lado, é uma das regiões de maior potencial econômico do Nordeste, pela abundância de recursos naturais, pela sua proximidade com a Região Metropolitana do Recife, e pela sua infraestrutura econômica.

Do mesmo modo, caracteriza-se por uma região extremamente desigual e que ainda enfrenta o predomínio da grande propriedade rural e as precárias condições de vida do trabalhador e trabalhadora rural.

Nesse contexto, no território da Mata Sul de Pernambuco destaca-se o Programa de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da SDT/MDA, em que tem como desafio formar um Território da Cidadania para promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

O Território da Mata

Sul de Pernambuco abrange uma área de 4.003,40 Km² e composto por 19 municípios, entre os quais estão: Ribeirão, Água Preta, Amaraji, Barreiros, Belém de Maria, Bonito, Catende, Cortês, Gameleira, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Maraiial, Palmares, Primavera, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, Tamandaré e Xexéu descritas na figura 1.

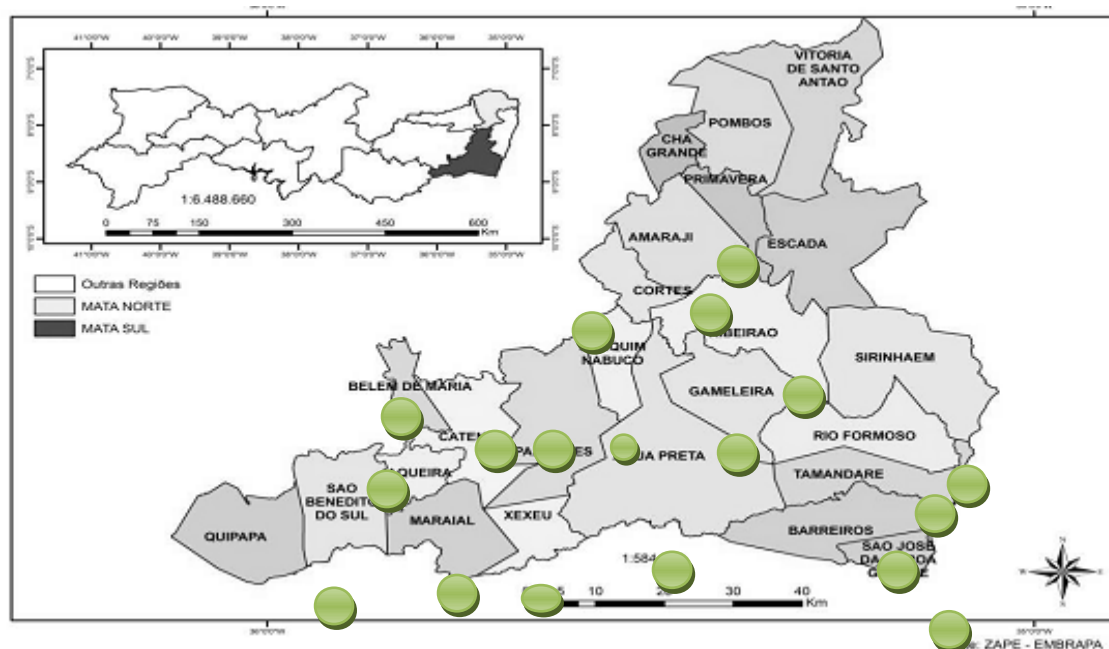


Figura 1 – Localização da Zona da Mata Sul de Pernambuco. Os municípios marcados com o círculo verde são aqueles que participam do Território Rural instituído no contexto do PDSTR. O município de Bonito que faz fronteira com Palmares, Joaquim Nabuco e Cortês, não está no mapa, pois pertence ao Agreste pernambucano. No entanto, faz parte da institucionalidade Território Mata Sul. Fonte do Mapa: Viana *et al.* (2009). Adaptado pelos autores.

O Programa de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável, através do Projeto Observatório – A Célula de Acompanhamento e de Informação (CAI) apresenta como

objetivo principal a coleta de informações sobre as políticas promovidas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) dentro do Território Rural da Zona da Mata Sul para subsidiar processos de discussão e avaliação do desenvolvimento territorial.

A Célula de Acompanhamento da Mata Sul, que faz parte do Sistema de Gestão Estratégica (SGE) da SDT/MDA, considerado um sistema de gestão informacional que registra e processa informações sobre os resultados das políticas territoriais promovidas pela SDT/MDA em todo o País, possui sua sede no Grupo de Estudo e Pesquisa na área de Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas –GRAPP, da Universidade Federal de Pernambuco.

Em Pernambuco são três os territórios com Células: O Território da Mata Sul que é acompanhado pela Célula do Grapp/UFPE; e os Territórios do Agreste Meridional e do Sertão do Pajeú cujas Células estão vinculadas à Universidade Federal Rural de Pernambuco. Nesse contexto o Território Rural da Mata Sul de Pernambuco é formado pelos 19 municípios e por um Colegiado Territorial formado por 69 organizações, em que é formada por 20 entidades do poder público (28,99%) e 49 entidades da sociedade civil (71,01%).

O Sistema de Gestão Estratégica (SGE) da SDT/MDA, subsidiar processos de discussão e avaliação do desenvolvimento territorial, trabalha com quatro tipologias de indicadores de desenvolvimento no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. São eles: O Índice de Condições de Vida (ICV); a Gestão dos Colegiados Territoriais (GCT) ; o Índice de Capacidades Institucionais; os Indicadores de Identidade Territorial e a Avaliação de Projetos de Investimentos (API).

Sendo assim, o relatório ora apresentamos busca analisar as condições de vida das populações rurais desse território, a organização política, a mobilização social e a atuação do Poder Público com programas e projetos desenvolvidos na área rural. Índice de Condições de Vida (ICV) destaca-se como um indicador que visa representar as mudanças percebidas, em termos das condições de vida, das famílias nos territórios rurais e constitui-se num instrumento de análise e acompanhamento.

O ICV permite a realização de análises comparativas, tanto ao longo do tempo como entre territórios distintos, sem depender da disponibilidade e atualização dos dados secundários. O índice é composto por três dimensões, chamadas de “instâncias”: 1) fatores que favorecem o desenvolvimento; 2) características do desenvolvimento; e 3) efeitos do desenvolvimento. A cada instância associam-se oito indicadores.

Em sua estrutura, o relatório, apresenta o contexto de organização do projeto

Observatório do Desenvolvimento que funciona através da Célula de Acompanhamento e de Informação do território da Mata Sul (Célula). Para que isso ocorra, apresenta-se o referencial teórico utilizado nas análises e interpretações dos dados obtidos na pesquisa focalizando a temática do desenvolvimento territorial rural.

Por fim, apresentamos um conjunto de questões a serem debatidas pelo Colegiado Territorial no processo de avaliação das políticas territoriais de desenvolvimento promovidas pela SDT/MDA, servindo como referência para discussão acerca das políticas de desenvolvimento rural em curso na Mata Sul de Pernambuco.

1.1 NOTAS METODOLÓGICAS

A análise da pesquisa apresenta como pressuposto teórico uma abordagem crítica e relacional referente aos dados quantitativos apurados com a aplicação dos questionários de Capacidade Institucional, Identidade Territorial, Índices de Condições de Vida, Gestão do Colegiado e Avaliação de Projetos de Investimentos, ao destacar o processo dialético histórico que permeia a dinâmica da sociedade.

Para isso toma-se a interdisciplinaridade como parâmetro de compreensão da realidade em questão. A assunção dessa perspectiva possibilitou que a pesquisa pautasse-se pelo diálogo dos saberes, ao integrar o conhecimento acadêmico com o saber do homem do campo. Isso porque os três elementos fundamentais do Programa de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da SDT/MDA são o Território (Espaço e Sociedade), a visão de futuro (um plano territorial de desenvolvimento) e a Institucionalidade Territorial (participação e representatividade).

Para o levantamento dos dados utilizou-se a aplicação dos cinco questionários: Capacidade Institucional, Identidade Territorial, Índices de Condições de Vida, Gestão do Colegiado e Avaliação de Projetos de Investimentos referentes às condições de vida do trabalhador rural, a organização política, as ações do Poder Público Municipal, a participação política, o desenvolvimento territorial. A aplicação desses questionários ocorreu no decorrer do ano de 2011, nos 19 municípios que compõe a Mata Sul de Pernambuco.

No período de Janeiro a Fevereiro de 2011, a equipe atuou em 10 dos 19 municípios da Mata Sul de Pernambuco, destacando: Amaraji, Bonito, Palmares, Ribeirão, Gameleira, Água preta, Joaquim Nabuco, Tamandaré, São Benedito do Sul, Belém de Maria. Nesse primeiro momento realizaram-se 250 entrevistas com os trabalhadores rurais em suas

residências/locais de trabalho.

Já no período de março/Abril de 2011 foram realizadas 19 entrevistas com os representantes do Poder Público Municipal. Essas entrevistas aconteceram nas Secretarias de Desenvolvimento Sustentável Rural ou similar e na Secretaria de Planejamento (quando havia) de cada município visitado.

Enquanto no período de Julho/Agosto/Setembro foram aplicados 69 entrevistas com os representantes do Colegiado Territorial, nas reuniões do Colegiado que aconteceram no município de Palmares, local de reunião e debates sobre os investimentos, ações e programas que se tratavam do desenvolvimento territorial da Mata Sul de Pernambuco. Ainda nesse período também foram entrevistados 68 representantes das diferentes instituições, relacionadas ao meio rural quanto à Identidade Territorial.

Com a aplicação destes instrumentos buscou-se apreender quantitativamente a percepção dos indivíduos entrevistados ou famílias, sobre as condições de vida nos territórios rurais atrelando respostas a escalas pré-estabelecidas de valor.

A metodologia da pesquisa foi estruturada em torno da tipologia de indicadores do ICV definida pela SDT/MDA através do seu Sistema de Gestão Estratégica (SGE), mas não se limitou apenas a esse aspecto. Outros elementos foram considerados na interpretação dos dados obtidos tendo como arcabouço analítico o contexto histórico de formação e desenvolvimento do território da Mata Sul de Pernambuco.

2. IDENTIDADE TERRITORIAL

A identidade territorial compreende a relação que o sujeito estabelece com o lugar em que ele vive, referindo-se ao processo de identificação local que perpassa pelo processo histórico e pela relação homem-natureza. Nesse processo de identificação do homem no meio rural, destacam-se os seguintes aspectos: recursos naturais, produção da agricultura familiar, as atividades econômicas da região; os problemas de pobreza, marginalidade e as questões sociais. Além da existência de povos ou comunidades tradicionais, do processo de colonização e dos movimentos sociais, que são considerados aspectos fundamentais na importância da análise de identificação territorial da Mata Sul de Pernambuco.

Na análise das respostas dos questionários que foram aplicados aos participantes e representantes do Colegiado Territorial da Mata Sul de Pernambuco referente à Identidade

Territorial, contatou-se um total de 69 entrevistas realizadas com os principais representantes de Organizações Sociais e de Organizações não-governamentais; do Poder Público Municipal, dos Sindicatos, dos Conselhos Municipais, dos Centros de Estudo e Ação Social Rural; da Agência Nacional de Desenvolvimento Sustentável; do PRORURAL, Colônia Z 9, entre outras.

Na primeira parte do questionário, buscou-se compreender o processo de formação e de identificação do território da Mata Sul de Pernambuco para o entrevistado, em que um dos aspectos mais relevantes é a participação das Organizações na Gestão do Território, assim como, a visão de futuro e a metas e os objetivos do desenvolvimento territorial. Com isso, trabalhou-se a importância dos seguintes aspectos: Recursos Naturais, a Agricultura Familiar, As atividades econômicas da região, a pobreza, marginalidade ou problemas sociais, a existência de povos ou comunidades tradicionais, os processos de colonização/ocupação e os movimentos sociais.

Em relação à avaliação de participação das organizações na gestão do território, destacaram-se as organizações dos agricultores familiares consideradas as mais importantes na gestão do território; enquanto a organização dos povos e/ou comunidades tradicionais é a que é considerada a de menor importância na gestão territorial, seguida pelas organizações públicas. (Tabela 1).

| Como é avaliada a participação das organizações/movimentos na gestão do Território | Muito importante | Importante | Regular | Pouca importância | Nenhuma importância | Não sabe |
|--|------------------|------------|---------|-------------------|---------------------|----------|
| Organizações Ambientais | 26,1% | 24,6% | 23,2% | 8,7% | 11,6% | 5,8% |
| Organizações de agricultores Familiares | 50,7% | 31,9% | 10,0% | 5,8% | 0,0% | 1,4% |
| Organizações de produtores | 26,1% | 40,6% | 20,3% | 5,8% | 2,9% | 4,3% |
| Organizações Sociais e Comunitárias | 24,6% | 29,0% | 36,2% | 2,9% | 2,95 | 4,3% |
| Organizações de povos e/ou comunidades tradicionais | 20,3% | 20,3% | 17,4% | 10,1% | 21,7% | 10,1% |
| Movimentos sociais e /ou políticos | 26,1% | 29,0% | 27,5% | 10,1% | 2,9% | 4,3% |
| Organizações Públicas | 23,2% | 21,7% | 30,4% | 15,9% | 2,9% | 5,7% |

Tabela 1: Avaliação da participação das organizações na gestão do território.
Fonte: SGE/MDA 2011.

No que se refere à visão de futuro, o aspecto a agricultura familiar se destacou como o de *Maior Importância* para o território; em segundo lugar ficaram os Recursos Naturais, e logo em seguida, os Movimentos Sociais e Políticos. A existência de comunidades tradicionais nesse item foi considerada como o aspecto onde predominou a de *Nenhuma Importância* e a de *Não Sabe*. (Tabela 2).

| Quanto à visão de futuro do território como avalia a importância dos seguintes aspectos | Muito Importante | Importante | Regular | Pouca Importância | Nenhuma Importância | Não sabe |
|---|------------------|------------|---------|-------------------|---------------------|----------|
| Recursos Naturais | 52,2% | 31,9% | 10,1% | 2,9% | 1,4% | 1,4% |
| Agricultura Familiar | 79,7% | 14,5% | 2,9% | 1,4% | 00% | 1,4% |
| Atividade econômica da Região | 44,9% | 30,4% | 15,9% | 7,2% | 1,4% | 0,0% |
| Pobreza, marginalidade, problemas sociais | 42,0% | 18,8% | 24,6% | 5,8% | 4,3% | 4,3% |
| Existências de comunidades tradicionais | 29,0% | 23,2% | 15,9% | 7,2% | 17,4% | 7,2% |
| Processo de colonização/ocupação | 34,8% | 29,0% | 17,4% | 8,7% | 5,8% | 4,3% |
| Movimentos Sociais e política | 44,9% | 20,3% | 18,8% | 8,7% | 4,3% | 2,9% |

Tabela 2: Quanto à visão de futuro do território.

Fonte: SGE/MDA 2011.

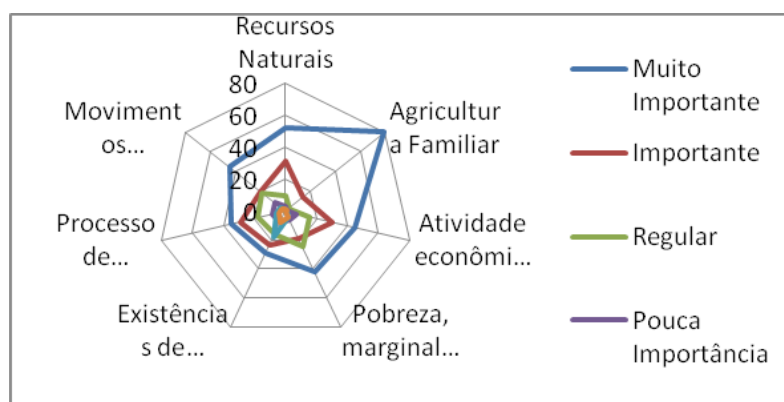


Gráfico 1:

Quanto à visão de futuro do território.

Fonte: SGE/MDA 2011.

Na segunda parte do questionário, destacam-se as características marcantes do território, a importância do aspecto histórico e os principais conflitos sociais desencadeados nas localidades. Essa parte reflete a participação que o entrevistado apresenta sobre as peculiaridades locais, assim como, a compreensão do processo de formação e organização política da Mata Sul.

| Características Marcantes do território | Muito Importante | Importante | Regular | Pouca Importância | Nenhuma Importância | Não sabe |
|---|------------------|------------|---------|-------------------|---------------------|----------|
| Recursos Naturais | 44,9% | 26,1% | 20,3% | 4,3% | 2,9% | 1,4% |
| Agricultura Familiar | 73,9% | 15,9% | 7,2% | 2,9% | 0,0% | 0,0% |
| Atividade econômica da Região | 55,1% | 20,3% | 14,5% | 7,2% | 1,4% | 1,4% |
| Pobreza, marginalidade, problemas sociais | 34,8% | 36,2% | 10,1% | 11,6% | 4,3% | 2,9% |
| Existências de comunidades tradicionais | 24,6% | 20,3% | 10,1% | 10,1% | 26,1% | 8,7% |
| Processo de colonização/ocupação | 31,9% | 24,6% | 26,1% | 5,8% | 7,2% | 4,3% |
| Movimentos Sociais e política | 42,0% | 24,6% | 20,3% | 7,2% | 2,9% | 2,9% |

Tabela 3: Características marcantes do território.
Fonte: SGE/MDA 2011.

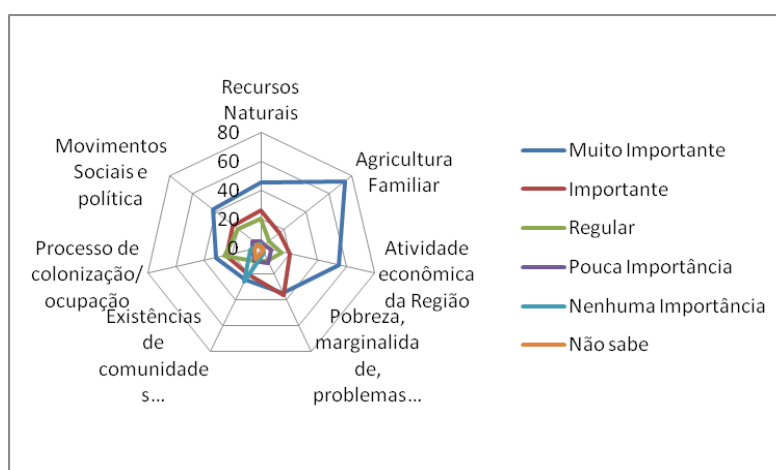


Gráfico 2: Características marcantes do território.
Fonte: SGE/MDA 2011.

Um dos pontos de maior relevância são os conflitos existentes no território da Mata Sul, onde os aspectos da agricultura familiar mais uma vez se destaca como *Muito Importante* considerado uma das questões onde os conflitos se estabelecem na localidade; em segundo lugar, o aspecto atividade econômica da Região, e logo em seguida a questão da pobreza, marginalidade e problemas sociais. Nessa questão dos conflitos sociais, quase todos os aspectos tiveram relevância quanto a ser *Muito Importante*, apenas a Existência de Comunidades Tradicionais apresentou baixa percentagem quanto à importância nos conflitos existentes no território. (Tabela 4 e 5).

| Aspectos na história comum do território | Muito Importante | Importante | Regular | Pouca Importância | Nenhuma Importância | Não sabe |
|---|------------------|------------|---------|-------------------|---------------------|----------|
| Recursos Naturais | 29,0% | 34,8% | 15,9% | 11,6% | 4,3% | 4,3% |
| Agricultura Familiar | 69,6% | 10,1% | 7,2% | 8,7% | 1,4% | 2,9% |
| Atividade econômica da Região | 43,5% | 26,1% | 23,2% | 2,9% | 1,4% | 2,9% |
| Pobreza, marginalidade, problemas sociais | 30,4% | 26,1% | 21,7% | 7,2% | 10,1% | 7,2% |
| Existências de comunidades tradicionais | 20,3% | 18,8% | 17,4% | 11,6% | 23,2% | 11,6% |
| Processo de colonização/ocupação | 29,0% | 20,3% | 24,6% | 13,0% | 5,8% | 13,0% |
| Movimentos Sociais e política | 39,1% | 20,0% | 29% | 2,9% | 2,9% | 5,8% |

Tabela 4: Aspectos na história comum do território.

Fonte: SGE/MDA 2011.

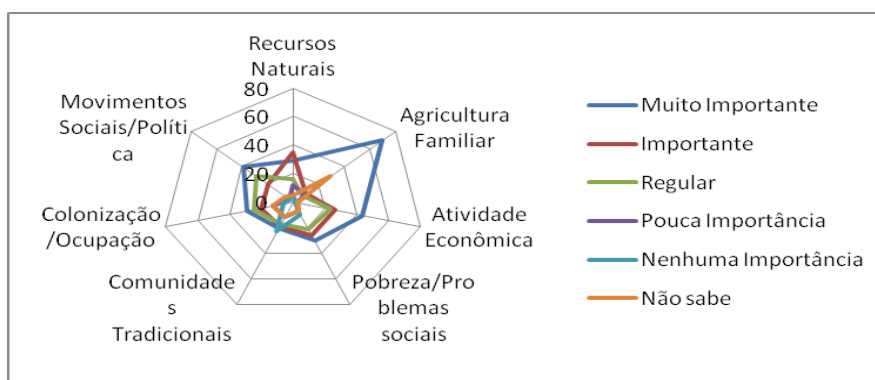


Gráfico 3: Aspectos na história comum do território.

Fonte: SGE/MDA 2011.

| A Importância dos seguintes aspectos nos conflitos existentes | Muito Importante | Importante | Regular | Pouca Importância | Nenhuma Importância | Não sabe |
|---|------------------|------------|---------|-------------------|---------------------|----------|
| Recursos Naturais | 31,5% | 24,6% | 15,9% | 13% | 8,7% | 5,8% |
| Agricultura Familiar | 53,6% | 18,8% | 13% | 5,8% | 5,8% | 2,9% |
| Atividade econômica da Região | 42% | 24,6% | 15,9% | 10,1% | 1,4% | 5,8% |
| Pobreza, marginalidade, problemas sociais | 33,3% | 21,7% | 21,7% | 7,2% | 10,1% | 5,8% |
| Existências de comunidades tradicionais | 14,5% | 18,8% | 18,8% | 14,5% | 18,8% | 14,5% |
| Processo de colonização/ocupação | 33,3% | 21,7% | 23,2% | 11,6% | 4,3% | 5,8% |
| Movimentos Sociais e política | 34,8% | 24,6% | 21,7% | 10,1% | 2,9% | 5,8% |

Tabela 5: A importância dos seguintes aspectos nos conflitos existentes.

Fonte: SGE/MDA 2011.

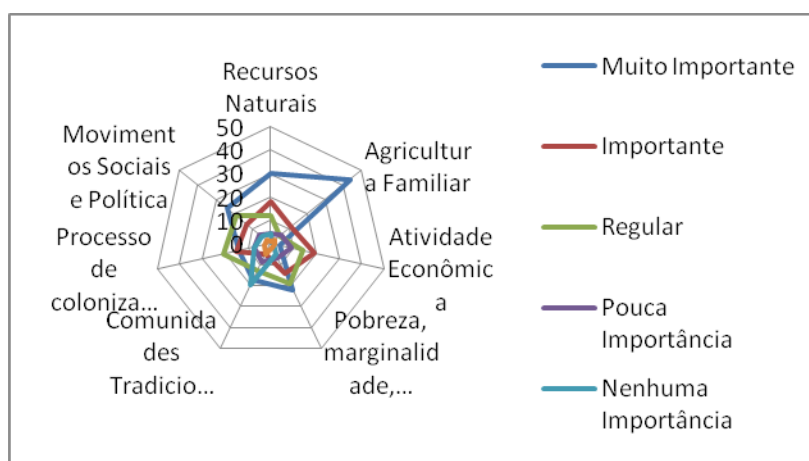


Gráfico 4: A importância dos seguintes aspectos nos conflitos existentes.

Fonte: SGE/MDA 2011.

Isso reflete a relação intrínseca entre conflitos sociais, atividades econômicas da Região (predomínio da cultura da Mata Sul de Pernambuco) e a pobreza, marginalidade e problemas sociais que marcaram a formação econômico-social e política da Mata Sul de Pernambuco expressada pelos trabalhadores rurais e representantes de organizações/instituições da agricultura familiar.

O destaque dado à organização e ao aspecto da agricultura familiar evidencia a relação da sociedade com o ambiente, em que além do significado material deve ser percebida também pelas representações simbólicas que os recursos ambientais têm nas

práticas sociais das comunidades. Isso porque os objetos que constituem o ambiente num determinado espaço apresentam também valores históricos e culturais.

Com isso, o ambiente não se resume apenas em satisfazer as necessidades biológicas ou de sobrevivência de uma dada sociedade, mas projeta diferentes percepções sobre os recursos utilizados, demonstrando que o processo de construção do mundo através da prática social tem representações coletivas e significativas.

Na concepção de Acserald (2004) as sociedades produzem a sua existência tendo por base tanto as relações sociais que lhes são específicas como os modos de apropriação do mundo material que lhes correspondem. Nessa interface, destacam-se as faces das práticas sociais, que podem ser três: as práticas técnicas, as práticas sociais e as culturais.

É diante dessa relação intrínseca entre o mundo material e as representações culturais e sociais dos diferentes atores que compõe o espaço que surgem as diferenças e divergências no modo de apropriação dos recursos ambientais. Isso porque as práticas técnicas têm um significado puramente material, enquanto às culturais marcam as representações coletivas.

Com isso, Santos (2008) chama a atenção para a diferença entre o espaço e a configuração territorial, onde o conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em uma dada área e pelos acréscimos que os homens impuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial é o resultado de uma produção histórica, em que o homem atua para atender suas necessidades e desenvolvimento social.

O território, nessas circunstâncias, adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993).

O autor anteriormente citado chama a atenção para a importância que uma localidade apresenta para um grupo, a ela vinculado, já que as condições existenciais têm sua complexidade por representar além da produtividade a existência enquanto modo de organização social.

O território é o espaço ao qual um grupo específico garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle dos recursos e sua disponibilidade no tempo. Mas todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território. (DIEGUES, 1996).

O que fica apreendido é que a origem dos conflitos sociais vem do fato de que a percepção da realidade é diversa, variável de uma pessoa para outra e que nenhuma instância

supostamente superior pode impor-se à diversidade das percepções. Essa diversidade é que faz com que uma localidade tenha significados diferenciados para as pessoas que nela estão estabelecidas ou mantêm algum tipo de relação.

Para Wanderley (2009) a partir do final dos anos 1980, o tema do lugar da agricultura familiar assume uma importância central no debate sobre a agricultura e o meio rural brasileiro. A pressão das organizações sociais constitui o principal fator para o seu aprofundamento e para tornar esta questão uma questão da sociedade.

Isso fica evidente na predominância das organizações dos agricultores familiares e nos aspectos da agricultura familiar, consideradas pela maior parte dos entrevistados, como muito importante e Importante. Isso reflete o atual contexto de afirmação do trabalhador rural como uma categoria que se constitui na luta pelos direitos sociais e políticos na formação dos territórios da cidadania.

Com isso é possível rever a importância da atuação política desses agricultores que luta contra o processo de exploração, exclusão e expropriação a que foi submetido desde o período colonial, e que, na atualidade se firma como um ator social no meio rural na Mata Sul de Pernambuco.

Uma questão a ser colocada que fundamenta a identidade territorial está relacionada ao processo de gestão desse território, que diante dos aspectos da identidade política é possível assegurar a identidade territorial, uma vez que a identidade política (GOHN, 2008) significa o processo de luta, que não se trata de um reconhecimento outorgado, doado, uma inclusão de cima para baixo, mas de um reconhecimento jurídico, com a construção formal de um direito, é a resposta do Estado à demanda organizada.

3. CAPACIDADE INSTITUCIONAL

A ação do Poder Público caracteriza-se pela participação social na busca de uma gestão democrática. Essa participação só é possível quando a sociedade civil atua de forma ativa nas discussões e na aplicação dos recursos públicos com a finalidade de garantir o bem-estar de toda uma comunidade.

A atuação do Estado através da política territorial remete a uma concepção de política pública que abrange o aspecto social, quando evidencia a integração rural-urbano, e

também, quando destaca a política ambiental, na produção e contextualização histórica da organização social e produtiva.

No contexto de reorganização do sistema capitalista e, ao mesmo tempo, no momento de luta pela garantia dos direitos sociais, a gestão participativa significa a possibilidade de participação política dos indivíduos na luta por uma sociedade mais justa e democrática. As pesquisas referentes à Capacidade Institucional realizada na Mata Sul de Pernambuco foram realizadas com os representantes do Poder Público Municipal dos 19 municípios que constituem o Território da Cidadania, entre quais destacaram-se os secretários da Agricultura e do Meio Ambiente, coordenadores do Conselho de Desenvolvimento Rural, Assessor da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural entre outros.

Nessa perspectiva, a primeira parte da pesquisa realizada com os representantes do Poder Público Municipal direcionou as questões sobre a atuação das instituições nos municípios, destacando a institucionalização dos Conselhos Municipais, que são formados para atuar no controle e nas ações de acompanhamento dos investimentos dos recursos públicos. Uma questão fundamental é a constatação de que em todos os municípios visitados há Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. (Tabela 6/Gráfico 5). Contudo em relação ao controle desses Conselhos uma maior parte foi considerado de *fraco controle* ou de *nenhum controle*. Um dos Conselhos de maior controle foi considerado o da Saúde; por ser uma área prioritária nas questões sociais do município; já o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural uma das dificuldades colocadas no acompanhamento são as dificuldade de formulação de projetos para direcionar os recursos públicos. Outra questão apontada é que diante dos problemas de enchentes, que a região está vulnerável, os recursos são destinados a ajudar as famílias que estão isoladas e com dificuldades de alimentação.

| Quais Conselhos e/ou consórcios Públicos estão atuando no município | SIM | NÃO |
|---|-------|------|
| Cons. Mun. De Desenvolvimento Rural | 100% | 00 |
| Conselho de Meio Ambiente | 36,8% | 63,2 |
| Conselho de Segurança Alimentar | 21,1% | 78,9 |
| Consórcio de Seg. Alimentar e Desenvolvimento Local | 5,3% | 94,7 |
| Conselho de Saúde | 89,5% | 10,5 |
| Conselho da criança e adolescente | 100% | 00 |

Tabela 6: Conselhos ou consórcios Públicos
Fonte: SGE/MDA 2011.

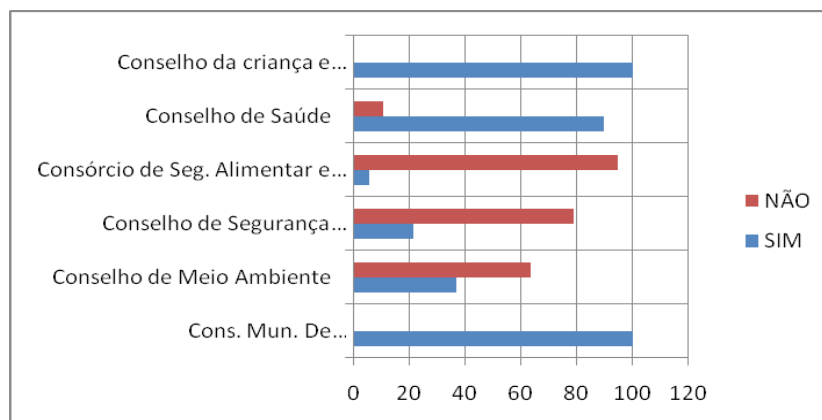


Gráfico 5: Conselhos ou consórcios Públicos

Fonte: SGE/MDA 2011.

Uma das questões fundamentais para o desenvolvimento econômico na produção agrícola familiar é os meios de comunicação e informação que apresentam dificuldades de chegar a todos os produtores no município. Isso porque há famílias residindo em locais de difícil acesso, onde a telefonia móvel ainda não disponibiliza serviços eficientes. Além disso, os meios de comunicação (Internet) ainda não é uma realidade das famílias produtoras da Mata Sul de Pernambuco. Por isso, a mídia de massa e focal é ainda a que prevalece nas localidades. (Tabela 7).

| Quais os meios de divulgação das informações comerciais e de mercado no município? | SIM | NÃO |
|--|------|------|
| Mídia de massa | 57,9 | 42,1 |
| Mídia focal | 26,3 | 73,7 |
| Internet | 21,1 | 78,9 |
| Outros | 21,1 | 78,9 |

Tabela 7: Os meios de divulgação das informações comerciais e de mercado no município.

Fonte: SGE/MDA 2011.

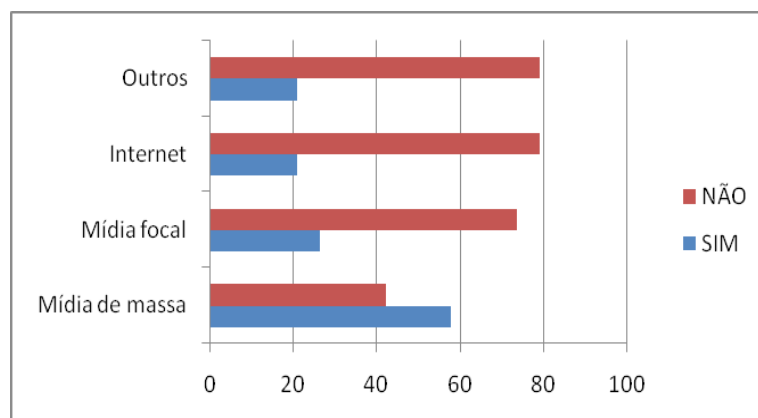


Gráfico 6: Os meios de divulgação das informações comerciais e de mercado no município.

Fonte: SGE/MDA 2011.

Em relação à segunda parte da pesquisa, um dos pontos fundamentais é a constatação das ações dos municípios no Território, o que permitiu abordar a situação das áreas degradadas e dos mecanismos de negociação de conflitos em cada localidade. Na organização estrutural do Poder Público de cada município um dos aspectos trabalhados foi a constatação das Secretarias de Desenvolvimento Rural ou similar e da Secretaria de Municipal de Planejamento. Essa questão estrutural remete a identificação da atuação do quadro técnico e das funções desempenhadas pelos técnicos na área rural, verificando assim a criação de projetos, por partes das organizações/associações quer seja sem o apoio das prefeituras ou em parcerias com órgãos municipais.

Sobre a parceria entre a organização de produtores e a prefeitura municipal ficou evidente que os projetos direcionados para a infra-estrutura e os sociais, seguidos dos projetos ambientais e turísticos são os que predominam na maior parte das localidades estudadas. Diferentemente dos projetos de desenvolvimento produtivos, em que a produção em cadeia produtiva seria uma das alternativas viáveis para o desenvolvimento econômico local dos produtores familiares.

| Qual a finalidade da parceria entre organização de produtores e prefeitura municipal | SIM | NÃO |
|--|------|------|
| Desenvolvimento de projetos produtivos | 21,1 | 78,9 |
| Desenvolvimento de projetos de infra-estrutura | 84,2 | 15,8 |
| Desenvolvimento de projetos sociais | 78,9 | 21,1 |
| Iniciativas em projetos ambientais | 68,4 | 31,6 |
| Projetos turísticos | 63,2 | 36,8 |
| Nenhuma das anteriores | 5,3 | 94,7 |
| Outros | | |

Tabela 8: A finalidade da parceria entre organização de produtores e prefeitura municipal

Fonte: SGE/MDA 2011.

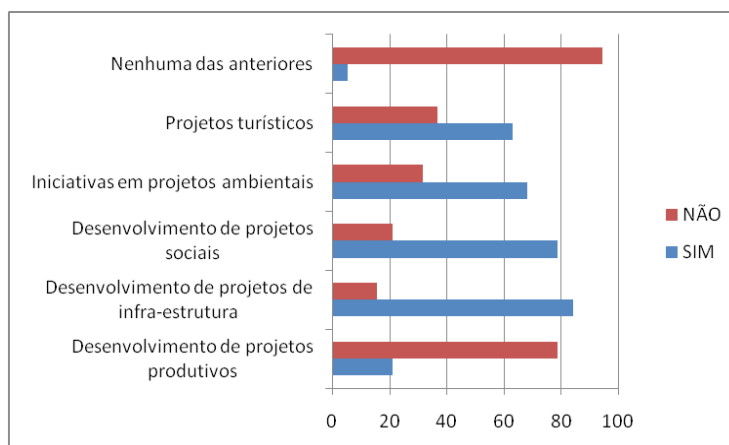


Gráfico 7: A finalidade da parceria entre organização de produtores e prefeitura municipal

Fonte: SGE/MDA 2011

No que se refere à política de atuação das prefeituras no registro de imóveis e sobre a criação de normas regulamentadoras, as ações do Poder Público que mais se destacaram foram o ordenamento do solo e as instruções para o monitoramento e avaliação do patrimônio ambiental. Mesmo é assim é importante ressaltar que o percentual de respostas sobre nenhum tipo de medida tomada em relação às normas expedidas pela prefeitura pode ser considerada significativa diante da importância que as questões ambientais representam para a sociedade e para a construção dos territórios da cidadania (Tabela 9).

| Nos últimos dois anos quais das seguintes normas foram expedidas pela prefeitura como propósito de garantir a conservação dos recursos naturais do Município | SIM | NÃO |
|--|------|------|
| Nenhum tipo de medida foi tomada | 15,8 | 84,2 |
| Ordenamento do uso do solo | 47,4 | 52,6 |
| Regulamento para o uso de produtos perigosos | 21,1 | 78,9 |
| Regulamento de manejo de resíduos | 21,1 | 78,9 |
| Instruções para o monitoramento e avaliação do patrimônio ambiental | 47,4 | 52,6 |
| Normas para a avaliação do Impacto Ambiental de atividades produtivas | 15,8 | 84,2 |
| Outros | 5,3 | 94,7 |

Tabela 9: As normas que foram expedidas pela prefeitura com o propósito de garantir a conservação dos recursos naturais.

Fonte: SGE/MDA 2011.

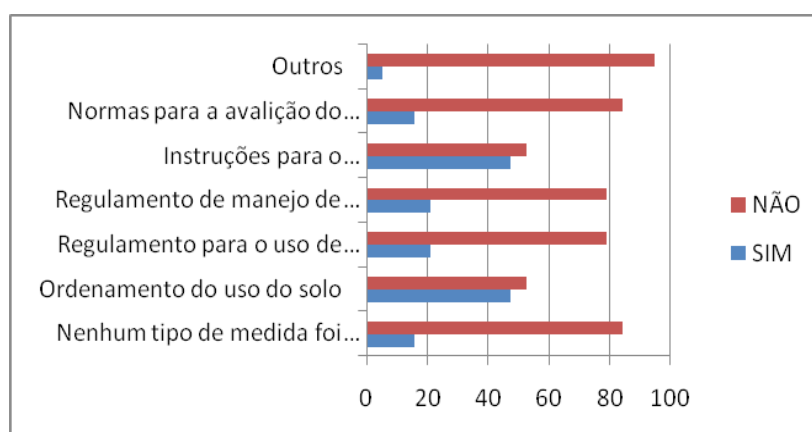


Gráfico 8: As normas que foram expedidas pela prefeitura com o propósito de garantir a conservação dos recursos naturais.

Fonte: SGE/MDA 2011

Uma das questões mais significativa verificada na análise da Capacidade Institucional nos municípios da Mata Sul de Pernambuco, refere-se à iniciativa de construção de projetos por parte das organizações comunitárias ou a de produtores para o desenvolvimento do município sem o apoio do governo, em que ficou constatado que as organizações/associações nas áreas sociais, produtivas, culturais e ambientais são predominantemente dependentes do apoio do governo. Essa condição evidencia a fragilidade de autonomia das diversas áreas nos municípios, caracterizando a dependência do desenvolvimento vinculada às políticas e ações estatais. (Tabela 10).

| Quais tipos de projetos de iniciativa comunitária ou de produtores são desenvolvidos no município, sem apoio de governos | SIM | NÃO |
|--|-------|-------|
| Projetos sociais | 21,1% | 78,9% |
| Iniciativa de projetos produtivos | 21,1% | 78,9% |
| Projetos culturais | 10,5% | 89,5% |
| Iniciativas em projetos ambientais | 15,8% | 84,2% |
| Projetos turísticos | 5,3% | 46,7% |
| Nenhuma das anteriores | 52,6% | 47,4% |
| Outros | 0,0 | 100 |

Tabela 10: Projetos de iniciativas comunitárias ou produtores sem apoio do governo.

Fonte: SGE/MDA 2011.

Apesar do crescimento da abordagem territorial nas discussões sobre o desenvolvimento, fazer o ajuste de políticas públicas setoriais com políticas apoiadas no território ainda é um grande desafio. Atualmente o território tem crescido como categoria privilegiada capaz de sintetizar, num conjunto coerente de interpretação e gestão, muito dos elementos que constituem as novas estratégias de desenvolvimento (PERICO e RIBERO, 2005).

Com o crescimento da noção de desenvolvimento aplicada ao meio rural, este vem deixando de lado o sinônimo de atraso. O desenvolvimento rural deixa de ser encarado como sinônimo de “urbanização”, passando a preencher funções necessárias aos seus próprios habitantes e também às cidades (ABRAMOVAY, 2000).

Os debates culminaram na concepção de um “novo modelo de desenvolvimento” voltado para a garantia da continuidade do crescimento econômico (sustentabilidade econômica) considerando outros aspectos capazes de sustentar a reprodução material da sociedade: as sustentabilidades social e ambiental (FOLADORI, 2005).

A partir desta perspectiva vem emergindo uma nova ruralidade que deixa de considerar o rural como um conjunto de população dispersa e centrada no setor primário da economia, mas, acima de tudo, como um objeto de trabalho e de política. Essa nova maneira de conceber o rural como um território construído a partir do uso e da apropriação dos recursos naturais, de onde são gerados processos produtivos, culturais, sociais e políticos essenciais para manutenção da sociedade tem sido um elemento importante para a valorização de setores econômicos que historicamente vem sendo pouco priorizados pelas políticas públicas, como é o caso da agricultura familiar (PERICO e RIBERO, 2005; GEHLEN, 2011).

A visão de política integral decorre do momento em que as relações sociais exigem uma atuação por parte do Estado nas áreas rurais. Essa ação do Estado sobre a transformação do espaço, segundo Bitoun (2009), representa o que na atualidade se chama de políticas territoriais, isto é, a intervenção do Estado na transformação de uma área, caracterizada como território, através da legislação que regulamenta o seu uso. É importante ressaltar que a política territorial é a ação a partir de programa, projetos e políticas públicas sobre o referido território.

Nesse caso da política territorial rural, destaca-se o fortalecimento da agricultura familiar, que se concretiza com a implementação do direito à terra destinada aos assentados, indígenas e quilombolas. Essa condição faz com que seja garantida a diversidade cultural do país e, conseqüentemente, a soberania alimentar; uma vez que esses segmentos sociais são responsáveis por uma parte importante da produção de alimentos.

Diante desse contexto atual, Miranda (2009) evidencia que o reconhecimento da competência municipal para a gestão integrada do território municipal, apesar das dificuldades enfrentadas com a gestão dos investimentos públicos, é o ente com a melhor condição para planejar o desenvolvimento local sustentável, a partir da compreensão das interfaces das questões urbana, agrária e regional.

O município deve contemplar a totalidade do seu território e de sua população para efeito de planejamento e gestão territorial, bem como implementação de políticas públicas. O sistema de planejamento municipal deverá então ser constituído por órgãos administrativos que abranjam também a área rural e sejam capazes de articular interfaces com as questões regionais.

A representatividade emerge com a criação de Conselhos, consideradas instâncias de representação da sociedade civil, em que as organizações políticas se destacam como segmentos sociais nas ações de apoio nas áreas rurais. Um dos pontos essenciais a considerar na atuação do Poder Público no desenvolvimento territorial perpassa pela gestão de atuação sobre a comercialização dos produtos e a prestação de serviços tecnológicos no meio rural.

4. GESTÃO DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS

A formação do Colegiado representa a organização social para atuar nas reivindicações, participação e decisões sobre o processo de gestão democrática para o meio rural. Como instância de participação política, os representantes do Colegiado desempenham um importante papel na elaboração do diagnóstico territorial.

A Gestão do Colegiado representa eventos territoriais que se reveste de grande importância para o Programa de Desenvolvimento Territorial, já que possibilita o estabelecimento do diálogo com os atores sociais e político-institucionais dos territórios da cidadania. Ao articular políticas públicas, o Colegiado possibilita a concretização das ações e define os programas e projetos que devem compor o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável.

O acompanhamento da Gestão dos Colegiados Territoriais no decorrer do ano de 2011 possibilitou compreender a perspectiva e a atuação das diferentes instituições que atuam no debate e nas discussões dos recursos, projetos, ações e políticas direcionadas para o desenvolvimento territorial rural da Mata Sul de Pernambuco.

Na análise dos dados do questionário de Acompanhamento da Gestão dos Colegiados foram realizadas 68 entrevistas com os participantes do Colegiado. Na primeira parte do questionário um dos pontos de maior relevância é o processo de constituição e participação dos membros do colegiado, destacando a participação, as decisões tomadas, o processo de comunicação e o período de reunião. Busca identificar, assim, nessa primeira etapa da entrevista o processo de participação ativa e de fortalecimento da gestão do colegiado territorial da Mata Sul de Pernambuco.

Nessa primeira parte ficou evidente que a reunião para a participação do Colegiado predomina o intervalo entre 3 a 4 meses. Mas é importante destacar que mais de 25% dos membros do Colegiado não sabem o período de reunião do Colegiado. (Gráfico 9)

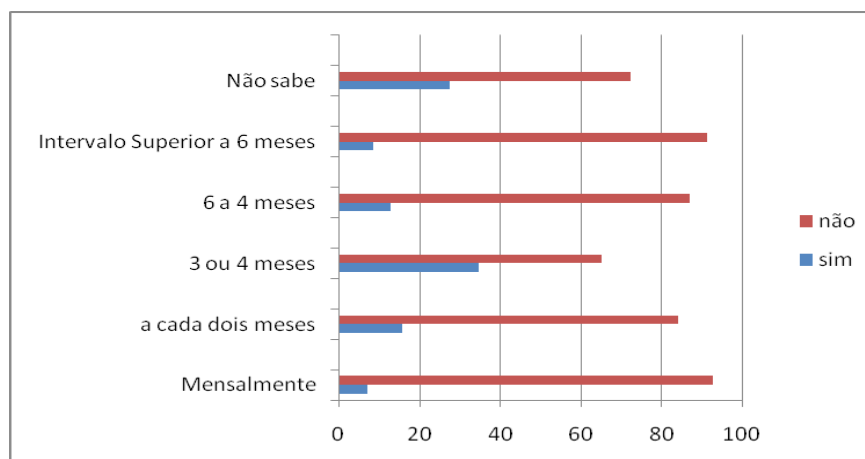


Gráfico 9: Período de Reunião dos membros do Colegiado.

Fonte: SGE/MDA 2011

Em relação ao processo de capacitação dos membros do colegiado foram questionados quais as áreas que eles receberam capacitações, constatou-se que em todas as áreas os representantes do Colegiado receberam capacitações. No caso das áreas de Elaboração de projetos, planos e de Planejamento participativo houve uma maior atuação. (Gráfico 10).

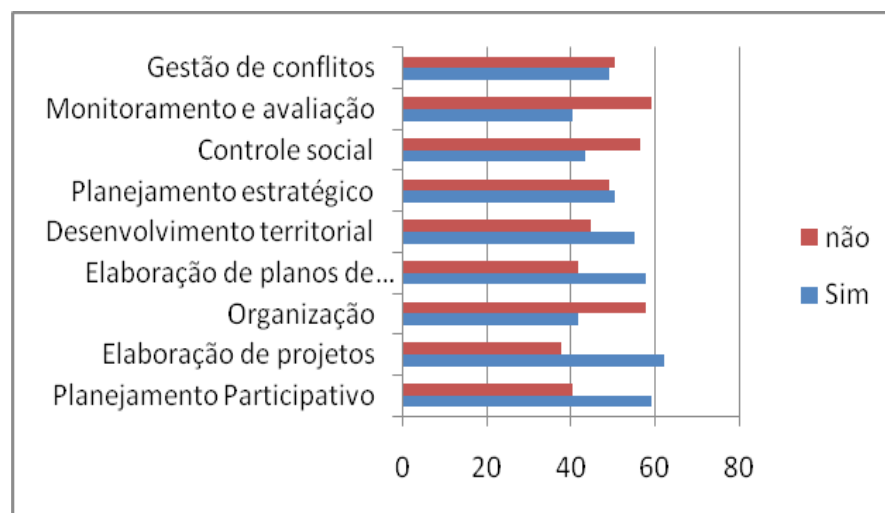


Gráfico 10: Áreas que os membros do Colegiado receberam capacitações
Fonte: SGE/MDA 2011.

Na segunda parte, os questionamentos encontram-se direcionados para a atuação do Colegiado Territorial no que se refere às prioridades discutidas em reuniões, a identificação dos principais problemas que prejudicam o desempenho do Colegiado. Um dos pontos fundamentais é o papel que o Colegiado pode desempenhar na elaboração do diagnóstico territorial, na elaboração de documento e na elaboração de visão do futuro.

Um dos pontos principais observado foi o papel desempenhado pelo Colegiado na elaboração da visão de futuro do território, ficou evidente nas respostas de participação dos membros quanto ao processo de formação e de discussão das oficinas destacaram-se uma maior participação. Enquanto uma parte significativa dos membros afirmaram que não participaram da elaboração da visão de futuro.

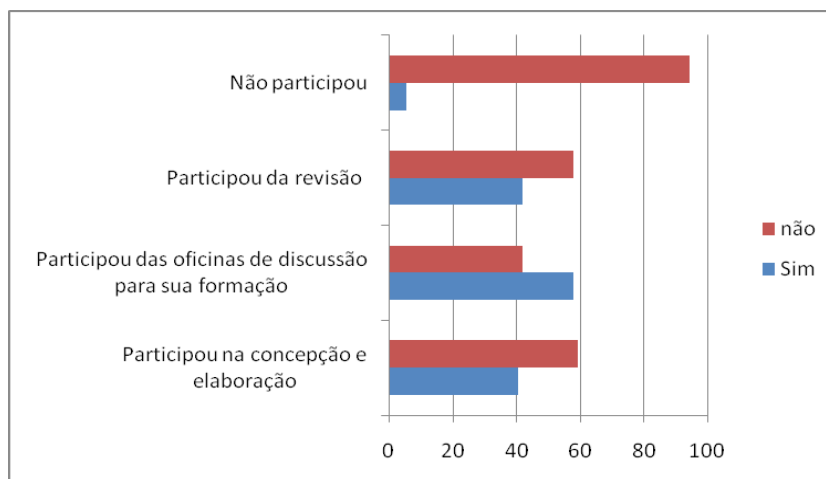


Gráfico 11: Participação na elaboração da visão de futuro do território.

Fonte: SGE/MDA 2011

A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas.

Perico (2009) conduz o debate nessa perspectiva, quando afirma, que há diversas vertentes sobre a compreensão do território, segundo sua natureza e enfoque de aproximação.

Sendo assim, entende-se que a organização do território sofre determinações, tanto do Estado, como do modo de produção. Mas traz também, um elemento importante nessa configuração: a participação de todos os sujeitos que compõe o território na sua construção. Isto abre espaço para duas ações importantes: a contestação de concepções determinantes e a possibilidade de vislumbrar ações emancipatórias e inclusivas.

5. ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA

Na pesquisa ICV foram realizadas 250 entrevistas com moradores da zona rural distribuídas em 10 municípios do Território. Deste total 70% dos entrevistados eram moradores sem produção agrícola, a maioria trabalhadores rurais e aposentados vinculados à atividade canvieira. Do restante, 28% era composto por moradores com produção agrícola familiar e 2% com produção agrícola não familiar ou patronal (Gráfico 12).

5.1 Perfil dos entrevistados na pesquisa ICV

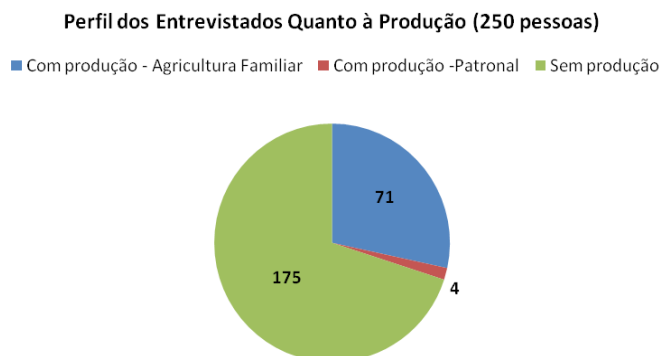


Gráfico 12 – Perfil quantitativo dos entrevistados quanto à produção.
Fonte: SGE/MDA 2011

Dos 250 entrevistados 28% eram homens e 72% eram mulheres. Na ocasião das entrevistas era mais fácil encontrar as mulheres nos domicílios na realização do trabalho doméstico e cuidando das crianças, enquanto a maioria dos homens estava em trabalho na roça ou na atividade canavieira.

5.2 Os Resultados do ICV – principais aspectos

A pesquisa do ICV no Território da Mata Sul ocorreu no período 13/01/2011 a 15/02/2011. Após a tabulação dos questionários os índices foram calculados pelo SGE. O ICV Territorial e seus respectivos sub-índices são apresentados no quadro 1 e no Gráfico 13.

Quadro 1: Classificação do ICV Mata Sul.

| | | |
|---------------------------------------|-------|------------|
| Índice de Condições de Vida (ICV) | 0,524 | Médio |
| 1. Fatores de Desenvolvimento | 0,473 | Médio |
| 2. Características de Desenvolvimento | 0,501 | Médio |
| 3. Efeitos de Desenvolvimento | 0,622 | Médio Alto |

Fonte: SGE/CAI Território MATA SUL - PE

Biograma ICV Territorial Mata Sul-PE

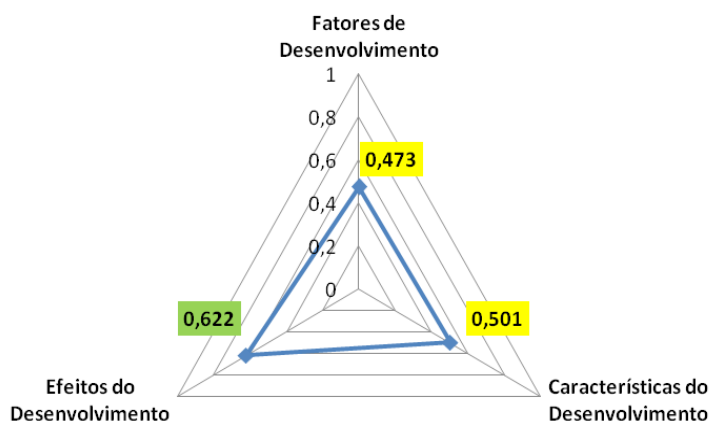


Gráfico 13: Biograma dos Índices de Condições de Vida por Instâncias.
Fonte: SGE/MDA 2011.

Como se observa no quadro 3 nenhum dos índices se apresentou abaixo da escala média. O ICV Territorial está classificado como Médio. As instâncias Fatores de Desenvolvimento e Características do Desenvolvimento também apresentaram ICV Médio e a instância Efeitos do Desenvolvimento se apresentou na categoria Médio Alto. No entanto, analisando de forma detalhada os índices obtidos de cada indicador dentro das instâncias é possível verificar os elementos críticos situados abaixo da média que merecem atenção especial na busca de soluções para melhoria das condições de vida das populações rurais.

Na instância Fatores do Desenvolvimento 5 dentre os 10 indicadores utilizados mostram-se abaixo da média (ICV Médio Baixo), enquanto 4 assumem valores medianos (ICV Médio) e apenas um apresenta categoria ICV Alto (condições de moradia). Através de biograma é possível visualizar esses elementos e suas posições relativas dentro da escala ICV (Gráfico 14).

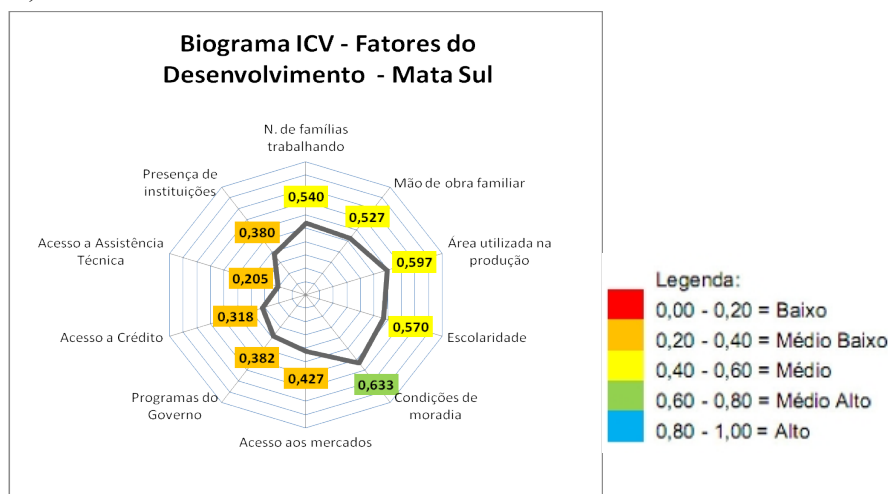


Gráfico 14: Biogramas dos Fatores de Desenvolvimento (1ª instância do ICV Territorial da Mata Sul-PE).
Fonte: SGE/MDA 2011

O biograma da instância Fatores de Desenvolvimento demonstra que os elementos “acesso aos mercados”, “programas de governo”, “presenças de instituições”, “acesso ao crédito” e “acesso à assistência técnica” são os indicadores mais críticos com destaque para o elemento “acesso à assistência técnica” que apresenta o menor índice (0,205).

Esses índices refletem a realidade vivida pelas populações rurais do Território da Mata Sul cujo contexto é caracterizado por condições macroeconômicas ligadas às estruturas agrárias que se estabeleceram historicamente e que são adversas à agricultura familiar. Como destacou Hespanhol (2008) as políticas públicas de apoio à produção agrícola familiar ainda são muito limitadas e não são capazes de promover a autonomia dos pequenos agricultores no acesso aos mercados, ao crédito, à assistência técnica e à participação política, que são elementos fundamentais no processo de desenvolvimento rural.

É possível estabelecer relações entre o predomínio da monocultura da cana de açúcar com os problemas elencados acima, uma vez que o setor sucroalcooleiro monopolizou a atenção do Estado para as suas problemáticas produtivas deslocando um conjunto de aparatos institucionais para atender este setor no que diz respeito à assistência tecnológica e à facilitação de acesso ao crédito e ao mercado (VASCONCELLOS e VICENTI, 2008).

Como destacou Wanderley (2009) esse processo desigual de desenvolvimento vem relegando durante muito tempo o *status* de subsistência e outras formas de precariedade aos pequenos produtores rurais. Tudo isso vem provocando instabilidade e ameaças à autonomia desses produtores que passam a perder sistematicamente seu potencial de atuação como atores coletivos do processo de desenvolvimento rural.

Quanto à instância Características do Desenvolvimento, dos 8 indicadores 5 apresentam índices medianos, 2 estão abaixo da média e um apresenta ICV Médio Alto (conservação das fontes de água). Os destaques são para os indicadores “diversidade da produção” e “diversificação nas fontes de renda” que encontram-se abaixo da média conforme exposto no Gráfico 15.

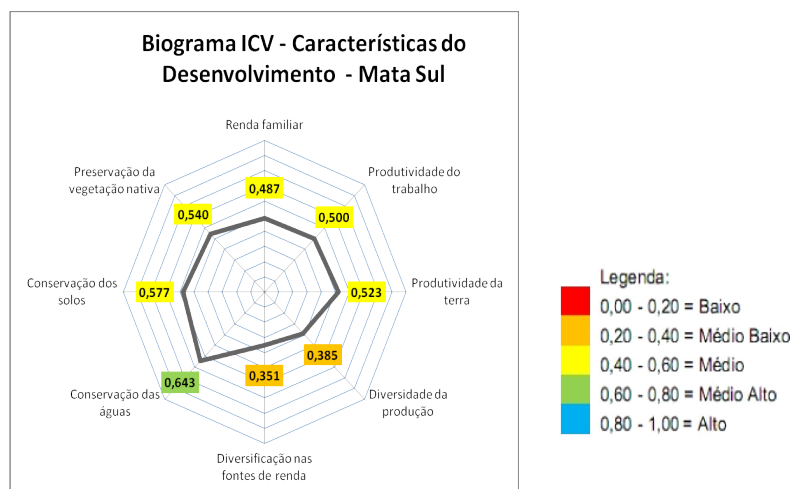


Gráfico 15: Biogramas das Características do Desenvolvimento (2ª instância do ICV Territorial da Mata Sul-PE).
Fonte: SGE/MDA 2011.

Os elementos “diversidade da produção” e “diversificação nas fontes de renda” merecem uma atenção especial, pois ao mesmo tempo em que se apresentam como limitações ao desenvolvimento e à melhoria das condições de vida das populações rurais no Território Mata Sul, eles também se apresentam como potencialidades a serem dinamizadas, especialmente no contexto da pluriatividade no meio rural.

Como destacou Castro (2001) as condições de solo e do clima da Zona da Mata Nordestina sempre foram propícias ao cultivo certo e rendoso de uma infinidade de produtos alimentares, no entanto, essas potencialidades foram deterioradas no processo de colonização da região com a implantação da monocultura da cana de açúcar que alterou profundamente a paisagem natural e imprimiu características marcantes na formação socioeconômica das populações.

O cultivo intenso e extensivo da cana de açúcar voltados para atender prioritariamente interesses comerciais externos e às classes sociais aristocráticas durante séculos relegou às populações do campo condições produtivas de subsistência transformando-as em reserva de mão de obra barata para a produção canavieira que desde cedo ocupou as melhores terras (FURTADO, 2009).

No entanto, é importante notar que apesar do predomínio da monocultura da cana de açúcar em termos de área cultivada e de dinâmica socioeconômica, vem ocorrendo um processo de diversificação produtiva via a implantação de assentamentos rurais ainda que de forma tímida em comparação com o setor canavieiro. Isso demonstra que a agricultura

familiar vem desempenhando um papel importante na diversificação produtiva, porém com muitas limitações devido aos fatores relacionados à assistência técnica deficiente e às dificuldades de acesso ao crédito e aos mercados que prejudicam a autonomia produtiva e a melhoria da renda das famílias.

A tabela 2 apresenta o perfil dos principais produtos cultivados no território com relação à área total de cultivo de 124.792 hectares. A cana de açúcar é predominante ocupando 90% do total desta área seguida da lavoura da banana com 5% e da mandioca com 2%. As demais culturas ocupam 3% da área total de cultivo (Tabela 11).

| Lavoura | Área plantada (ha) |
|-----------------------|--------------------|
| Abacaxi | 72 |
| Banana | 6.162 |
| Batata doce | 200 |
| Café | 5,00 |
| Cana de Açúcar | 112.959 |
| Covo da baía | 1.980 |
| Feijão | 177 |
| Goiaba | 11 |
| Laranja | 77 |
| Látex coagulado | 287 |
| Limão | 16 |
| Mamão | 38 |
| Mandioca | 2.363 |
| Maracujá | 190 |
| Melancia | 30 |
| Milho | 80 |
| Tomate | 50 |
| Urucum | 95 |
| Total | 124.792 |

Tabela 11: Perfil dos principais produtos cultivados em hectares no Território Mata Sul.

Fonte: SGE/MDA 2011.

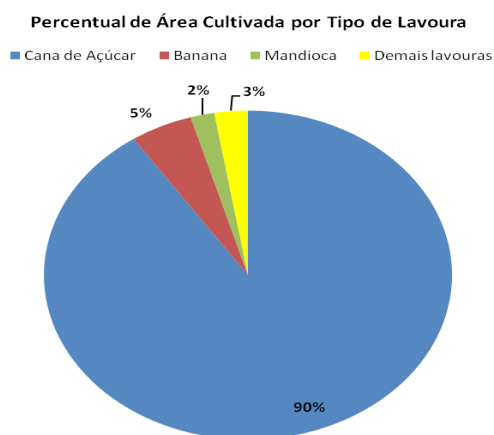


Gráfico 16: Perfil percentual de área cultivada das principais lavouras do Território Mata Sul.

Fonte: SGE/MDA 2011.

Observando os dados da tabela 11 e o gráfico 16 é possível notar o grande desafio que o Território enfrenta na diversificação produtiva das lavouras. O histórico latifúndio canavieiro ainda ocupa extensiva porção territorial representando ainda uma ameaça à agricultura voltada para a produção alimentícia, uma vez que a cana de açúcar é inteiramente voltada para atender às necessidades do mercado de *commodities* e não ao abastecimento do mercado de alimentos. Esse processo ainda tem sido um forte obstáculo ao desenvolvimento rural na sua totalidade pois vem limitando o potencial ecológico e produtivo do Território da Mata Sul em produzir alimentos em grande diversidade como bem destacou Castro (2001).

A diversificação nas fontes de renda das populações rurais é outro fator que merece uma breve discussão e está intimamente relacionada à diversificação produtiva por meio da pluriatividade. O ICV mostrou pouca diversidade das fontes de renda para as famílias do meio rural no Território Mata Sul, mas isso não significa que a pluriatividade esteja ausente no cotidiano desta população.

A diversificação das fontes de renda e a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, no contexto da pluriatividade, tem sido considerado um importante elemento de elevação do poder aquisitivo da população do meio rural se configurando como um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar passam a executar diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas através do aproveitamento das potencialidades existentes na propriedade, bem como do seu entorno (ANJOS, 2003; SCHNEIDER, 1999).

A pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internos ou externos à exploração agropecuária (GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI, 2002). Exemplos de industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato são atividades que contribuem para a diversificação produtiva de um modo geral contribuindo para o fenômeno da pluriatividade no meio rural. No Território da Mata Sul algumas experiências de diversificação produtiva pluriativa ganham destaques, dentre elas tem-se as atividades da comunidade rural quilombola no município de Rio Formoso nas quais as mulheres estão desempenhando um papel predominante na produção de produtos artesanais que complementam a renda familiar fortalecendo ao mesmo tempo os vínculos culturais entre famílias e populações rurais locais.

A pluriatividade deve ser considerada como um importante elemento na promoção do desenvolvimento rural sustentável, pois apresenta-se como alternativa a problemas que

afetam as populações rurais tais como o desemprego, a precarização da renda, o aumento da vulnerabilidade social e produtiva, o êxodo dos mais jovens, entre outros. Deste modo, a pluriatividade pode exercer papel estratégico no processo de desenvolvimento contribuindo para geração de mecanismos de inclusão social, redução da pobreza e combate às desigualdades (SCHNEIDER e CONTERATO, 2005). No entanto, nenhuma ação política consciente foi identificada no Território no sentido de aproveitamento da pluriatividade como estratégia de desenvolvimento rural na sua totalidade.

Quanto à instância Efeitos do Desenvolvimento o ICV se apresentou na categoria “Médio Alto”. Destacam-se os indicadores relacionados à “permanência dos familiares no domicílio” (ICV=0,900), às “condições de alimentação e nutrição” (ICV=0,700), à “situação econômica” (ICV=0,665) e à “participação em organizações comunitárias” (ICV=0,632). As perguntas abordadas nesta instância do ICV foram aplicadas a famílias com e sem produção agrícola. Os indicadores dessa instância demonstram que a situação econômica e social melhorou um pouco nos últimos cinco anos, porém, acredita-se que esta melhora não esteja relacionada aos fatores de produção.

É provável que a existência de políticas distributivas tais como o Programa Bolsa Família e os programas de assistência social promovidos por prefeituras e usinas nos períodos da entressafra da cana de açúcar, a renda por aposentadoria e o cultivo de pequenas lavouras de subsistência estejam contribuindo positivamente para os índices dessa instância.

Quanto à participação comunitária tem-se observado uma crescente atuação das igrejas evangélicas no meio rural cuja presença e atuação junto à população tem sido mais marcantes do que à atuação de outras entidades e movimentos sociais ligados à problemática do campo, criando outras dinâmicas de coesão social que têm o elemento da espiritualidade como um dos principais elos de identidade cultural e vida comunitária.

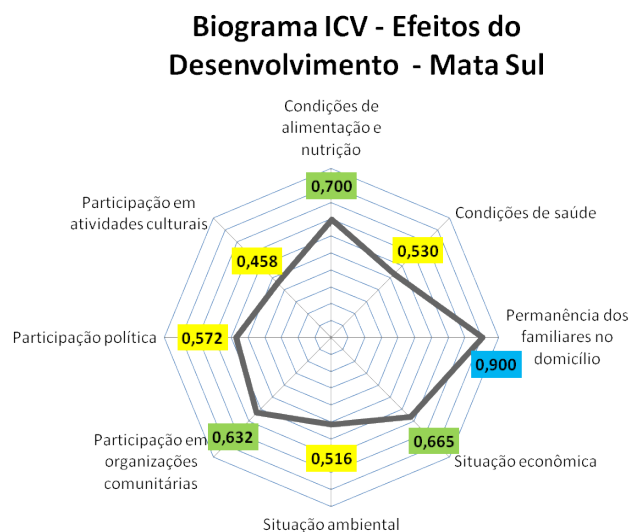


Gráfico 17: Biogramas dos Efeitos do Desenvolvimento (3ª instância do ICV Territorial da Mata Sul-PE).
Fonte: SGE/MDA 2011.

Outra análise importante é a comparação dos valores ICV relacionados aos Efeitos do Desenvolvimento entre a agricultura familiar e a população rural sem produção agrícola. Nesse aspecto o ICV Agricultura Familiar (0,60) foi um pouco mais baixo que o ICV Sem Produção (0,63) ambos no patamar “ICV Médio Alto”. Tudo isso indica que apesar das dificuldades que as populações rurais enfrentam nos aspectos dos fatores de produção (terra, trabalho e capital) cujos índices se apresentaram nas categorias ICV Médio e ICV Baixo Médio, fatores externos estão contribuindo para a elevação das condições de vida no que diz respeito aos “efeitos do desenvolvimento”. Mais uma vez destaca-se que a relativa melhoria nesses “efeitos” não demonstra que a elevação geral dos níveis de condições de vida da população rural na sua totalidade está assegurada, pois o ICV Territorial está numa categoria mediana demonstrando precariedades nos fatores de produção que são elementos essenciais para garantir autonomia produtiva para a massa da população que vive da agricultura, especialmente da agricultura familiar.

5.3 As condições de desenvolvimento rural

Os resultados quantitativos relacionados ao ICV do Território da Mata Sul corroboram como a realidade observada nas pesquisas de campo e na literatura especializada sobre a problemática do desenvolvimento rural. De forma específica os principais limites à promoção deste desenvolvimento são o processo ainda dominante de “territorialização do grande capital” e as ações ainda incipientes de políticas de desenvolvimento rural que busquem estabelecer processos de fortalecimento da autonomia produtiva dos pequenos produtores.

O processo dominante de “territorialização do grande capital”, ainda ligado ao latifúndio e à monocultura da cana de açúcar é um problema estrutural relacionado à ocupação territorial substantiva do setor canavieiro que imprimiu uma formação socioeconômica subdesenvolvida típica da região. Essa situação crônica tem sido considerada por muitos autores como o arcabouço geral do quadro de subdesenvolvimento que se impetrou na configuração territorial e socioeconômica da Zona da Mata Nordestina, o que implica dizer que sua superação requer um processo de transformação global da sociedade e da estrutura agrária que ali se implantou e se sustenta por muitos anos (GEHLEN, 2011; FURTADO, 2000, ANDRADE, 2009; JOSUÉ DE CASTRO, 2001).
Metamorfose do espaço

A cana de açúcar ocupa hoje 90% das áreas cultivadas no Território utilizando as melhores terras e os melhores aportes de recursos hídricos, mobilizando grande contingente de mão de obra da região, e “monopolizando” a atenção do Estado para seus problemas econômicos. Nos últimos cinco anos é possível notar um grande esforço do Estado de Pernambuco em dinamizar socioeconomicamente as Regiões da Mata através de investimentos na “interiorização” de indústrias não agrícolas nesses territórios predominantemente rurais.

Muitos municípios incentivados pelo Governo Estadual já estão criando nos seus planos diretores Zonas Industriais. Nesse aspecto grandes proprietários e usineiros estão obtendo enormes ganhos no processo de venda e de desapropriação das terras que está sendo valorizada de forma exorbitante diante da nova dinâmica de industrialização impulsionada pelo Complexo Industrial Portuário de Suape na Mata Sul e pelo Pólo Farmacoquímico na Mata Norte.

Gehlen (2005) vem estudando esse processo há anos. A autora verifica que o processo de conversão do uso da terra do rural para o urbano que revaloriza e dinamiza o

espaço para reprodução e acumulação do grande capital continua relegando aos pequenos produtores rurais poucas oportunidades de desenvolvimento, uma vez que cativa a maior parte da atenção do Estado para o processo de industrialização urbana.

Todo esse processo tem seus reflexos nas populações rurais que não estão inseridas nos grandes circuitos do capital e de dinamização econômica setorial. No caso do conjunto dos pequenos produtores rurais isso se reflete nas dificuldades que eles têm de acessar o mercado de forma autônoma e vantajosa, e de obter crédito e assistência técnica, uma vez que os programas governamentais e as instituições de suporte técnico e político tais como os sindicatos e os serviços de extensão agrícola, ainda possuem enormes dificuldades de capilarizar suas ações no meio rural. Tudo isso, por conseguinte, influi na baixa capacidade dos pequenos produtores rurais em diversificarem suas produções e obterem melhores rendas familiares seja por atividades agrícolas, seja por atividades não agrícolas no meio onde vivem.

6. AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS

O relatório analítico do projeto de Avaliação e Monitoramento da Mata Sul de Pernambuco visa apresentar os dados coletados durante os trabalhos de campo nos 19 municípios da mata Sul de Pernambuco considerados Territórios da Cidadania a partir do Programa de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável – PDTRS.

Em relação a avaliação de projetos de investimentos, essa análise ainda encontra-se em processo de acompanhamento nos diferentes municípios que compõem a Mata Sul de Pernambuco. É importante colocar que muitos dos projetos de investimentos foram suspensos em decorrência dos desastres ambientais que assolaram essa localidade.

A retomada das ações e de projetos de investimentos para esse território só pode ser retomada no início de 2012, a partir das ações do Colegiado em conjunto com as diversas associações/instituições que atuam na localidade.

CONCLUSÕES

No decorrer do processo de análise das pesquisas de campo, em especial na aplicação dos questionários foi possível compreender melhor as condições de vida do trabalhador familiar, a participação dos membros do Colegiado, a atuação do Poder Público municipal e a identidade territorial das pessoas que atuam no meio rural no território da Mata Sul de Pernambuco.

No que se refere à Identidade Territorial, a agricultura familiar se destaca em todos os aspectos desde a participação das *representações organizacionais* quanto aos aspectos *históricos, de futuro e as metas e os objetivos* para o desenvolvimento das localidades em análise. Em relação à *Existência de povos e/ou comunidades tradicionais* predominou como um dos aspectos considerados de *nenhuma importância*. Diante desse resultado é possível compreender que as Comunidades tradicionais representam, para a maior parte dos entrevistados, pouca relevância diante da formação do território da cidadania do meio rural. Essa condição pode significar a baixa participação desses representantes nas reuniões do Colegiado ou a fragilidade dessas comunidades na atuação das organizações social e política dos trabalhadores rurais na Mata Sul de Pernambuco.

Em relação à Capacidade Institucional ficou evidente que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural existe em todos os municípios e atua com a Secretaria de Desenvolvimento Rural ou similar, e que apesar de se constatar mesmo com a predominância da parceria do Poder Público Municipal nas localidades com o apoio na formulação de projetos nas áreas de desenvolvimento de projetos produtivos, desenvolvimento de projetos de infra-estrutura, desenvolvimento de projetos sociais, desenvolvimento de atividades culturais e desenvolvimento de projetos de proteção ambiental é possível constatar que o sistema de cooperativas, o desenvolvimento orientados por cadeia produtiva, a atuação de técnicos no apoio ao desenvolvimento econômico, a comunicação e as informações sobre a disponibilidade de recursos e a atuação do Governo para a agricultura familiar ainda não se configurou como uma realidade nos municípios analisados. Evidenciou-se assim, a atuação das Instituições Públicas no direcionamento das políticas focais, e com isso, comprometendo a organização econômica e política dos agricultores familiares que não encontra espaço na sociedade para atuar de forma autônoma no desenvolvimento territorial.

Na Gestão do Colegiado como a finalidade é a participação e o levantamento das questões referentes ao meio rural nos municípios, essa condição possibilita a elaboração do

diagnóstico territorial na definição de programas e projetos que devem compor o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável. Apesar dos diferentes projetos sociais serem apontados pelos representantes do Poder Público Municipal para o desenvolvimento territorial rural ficou constatado que muitas questões ainda encontram-se na fase do debate e discussões sobre a disponibilidade e empregabilidade dos recursos públicos para a agricultura familiar/trabalhador rural, sendo necessária uma maior atuação dos representantes e dos membros para o avanço na elaboração dos planos territoriais.

Nos Índices de Condições de Vida foi possível verificar que a melhoria nas condições de vida das famílias agricultoras e dos trabalhadores rurais constatadas nos dados da pesquisa não representa necessariamente o desenvolvimento econômico autônomo das localidades visitadas, assim como não significa que os trabalhadores estejam em processo de modernização (utilização de equipamentos industriais). A melhoria nas condições de vida das familiares agricultoras ocorre a partir da predominância da política distributiva (bolsa família), considerada uma política pontual para minimizar a problemática social no meio rural.

Outro ponto passível de reflexões é a constatação da participação ativa da população rural nas organizações comunitárias (questionário do Índice de Condições de Vida), em que predomina a participação nas igrejas evangélicas, ficando a participação em cooperativas, associações reduzidas e/ou inexistentes, e com isso, revelam que as famílias não necessariamente participam de organizações para discutir as questões políticas e sociais de onde vivem, mas freqüentam as igrejas locais.

Através da pesquisa constatou-se outra questão relevante, que são os rendimentos obtidos pelos agricultores para compor a renda que sustenta a família (questionário Índice de Condições de Vida –ICV), em que para os produtores familiares o ganho extra advém da submissão do produtor agrícola ao sair da sua parcela para enfrentar o trabalho no corte da cana nas usinas da região como uma forma de garantir o sustento de sua família.

A partir dos dados coletados e das análises realizadas pela equipe que compõe o Observatório do desenvolvimento: Monitoramento e Avaliação do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco foi possível elencar alguns pontos que possam contribuir para a melhoria nas ações e nos estudos para direcionar as atividades do MDA para a construção dos territórios da cidadania:

- O desenvolvimento econômico, através do sistema de cadeia produtiva para as famílias agricultoras é uma alternativa viável para os produtores locais;

- O acesso à política de financiamento da agricultura familiar –PRONAF- ainda não é uma realidade para os agricultores, em que os mais distantes dos centros urbanos ainda não conhecem essa política (acompanhada de orientação e apoio técnico);
- O incentivo e apoio à produção de produtos alimentares (macaxeira, inhame, banana), uma vez que a cana ainda é uma alternativa viável para os agricultores familiares por representar a garantia da comercialização e venda do produto (escoamento);
- Apoio e fortalecimento de projetos para os agricultores familiares com a finalidade de possibilitar autonomia, desenvolvimento e melhores condições de vida;
- Incentivar o sistema de cooperativa dos agricultores familiares, gerenciado pelos próprios produtores agrícolas;
- Os Projetos de Assentamentos Rurais sejam acompanhados de apoio técnico e financeiro como condição de garantir o desenvolvimento e a autonomia das famílias assentadas;

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000;

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004;

ANDRADE, M. C. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980;

_____. **Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco**. Estudos Avançados. 15 (43), 2001, p. 267-280;

ANJOS, Flávio S. dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: Editora da UFPEL, 2003;

BITOUN, Jan. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. In.: BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia. **Desenvolvimento e Cidades no Brasil**. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais. Recife: FASE: Observatório das Metrópoles, 2009;

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. São Paulo: Paz e Terra, 2001;

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. HUCITEC: São Paulo/SP, 1996;

FOLADORI, Guillermo. **Por una sustentabilidad alternativa**. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2005;

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 25 ed. São Paulo: Nacional, 1995;

GEHLEN, Vitória. **Do rural ao urbano: a conversão do uso da terra na Zona da Mata Sul Pernambuco**. Recife: Projeto de pesquisa CNPq, 2005;

_____. **A espacialidade do capital e as metamorfoses do território: a política territorial de desenvolvimento rural sustentável na Mata Sul de Pernambuco**. Recife: Projeto de pesquisa CNPq, 2011;

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008;

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI. **A pluriatividade da agricultura brasileira**. Disponível em: < www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congresemsobrer1.html >. 2002;

HESPANHOL, Antônio N. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008;

MDA/SDT. **Índice de Condições de Vida**. Brasília: SDT, 2011;

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. A reforma urbana, as políticas territoriais e a questão urbana-rural: uma integração necessária. In.: BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia. **Desenvolvimento e Cidades no Brasil**. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais. Recife: FASE: Observatório das Metrópoles, 2009;

PERICO, Rafael Echeverri; RIBERO, Maria Pilar. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável**: visão de território na América Latina e no Caribe. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005;

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade rural no Brasil**: visão de território na América Latina e no Caribe. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009;

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993;

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008;

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. Transformações Agrárias, Tipos de Pluriatividade e Desenvolvimento Rural: considerações a partir do Brasil. In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (orgs.). **Entre el campo y la ciudad**. Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro. Ediciones CICCUS. Buenos Aires, 2005;

VASCONCELLOS, André; VICENTE, Ângelo. **Agricultura familiar: diagnóstico participativo em comunidades rurais de Palmares e Bonito**. Palmares/PE: ASPP, 2008;

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Agricultor Familiar no Brasil**: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, Paulo (org.) Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro – Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009;